

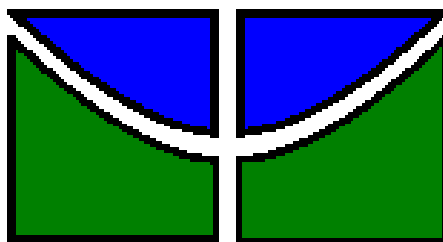
UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA
Faculdade de Educação - UAB/UnB/ MEC/SECAD
Curso de Especialização em Educação na Diversidade e Cidadania, com Ênfase em EJA

Maria Angélica Cordeiro

A inclusão escolar e social de jovens e adultos surdos: articulando uma Proposta de ações pedagógicas para contra-turno no CAIC Tancredo de Almeida Neves de Valparaíso de Goiás.

Brasília, DF

Julho/ 2010



UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA
Faculdade de Educação - UAB/UnB/ MEC/SECAD
Curso de Especialização em Educação na Diversidade e Cidadania, com Ênfase em EJA

**A inclusão escolar e social de jovens e adultos surdos: articulando
uma Proposta de ações pedagógicas para contra-turno no CAIC
Tancredo de Almeida Neves de Valparaíso de Goiás.**

Maria Angélica Cordeiro

Ruth Gonçalves de Farias Lopes

Cléssia Mara Santos

Projeto de Intervenção

BRASÍLIA, DF Julho/2010

Maria Angélica Cordeiro

**A inclusão escolar e social de jovens e adultos surdos: articulando uma
Proposta de ações pedagógicas para contra-turno co CAIC
Tancredo de Almeida Neves de Valparaíso de Goiás.**

Trabalho de conclusão do Curso de Especialização em Educação na Diversidade e Cidadania, com Ênfase em EJA,
como parte dos requisitos necessários para obtenção do grau de Especialista na Educação de Jovens e Adultos

Professora Orientadora Ruth Gonçalves de Farias Lopes

Tutora Orientadora Cléssia Mara Santos

Avaliadora Externa Letícia de L. Curado Teles

BRASÍLIA, DF Julho/2010

RESUMO

Ao se perceber falhas graves e contestáveis na forma em que se apresentava o ensino para os alunos surdos da rede do Município de Valparaíso de Goiás, houve uma necessidade de transformação do processo de ensino-aprendizagem que transpassasse os muros das salas de aulas comuns, esse projeto vem propor o desenvolvimento de novas estratégias realizadas em atividades no período de contra-turno das turmas regulares desses alunos surdos, para um alcance mais avançado e perceptível dentro desse processo de ensino, além de ter a intenção de ocasionar uma reflexão à inclusão social de pessoas com necessidades educacionais especiais, com ênfase na Língua Brasileira de Sinais, incentivando uma nova visão de comunicação entre surdos e ouvintes, tentando tornar um convívio agradável e respeitoso entre as partes, e sobre tudo fazer com que tal realidade seja percebida de forma natural no cotidiano de toda a comunidade escolar.

Palavras-chaves: Inclusão, Língua Brasileira de Sinais, Inclusão, Comunidade Escolar, Surdos, Ouvintes.

SUMÁRIO

1- DADOS DE IDENTIFICAÇÃO DO COMPONENTE	6
1.1-NOME	6
1.2-TURMA	6
1.3- INFORMAÇÕES	6
2- DADOS DE IDENTIFICAÇÃO DO PROJETO	6
2.1- TÍTULO	6
02.2- ÁREA DE ABRANGÊNCIA	6
2.3- INSTITUIÇÃO	6
2.4 INSTÂNCIAS INSTITUICIONAL DE DECISÃO	6
2.5- PÚBLICO AO QUAL SE DESTINA	7
2.6- PERÍODO DE EXECUÇÃO	7
3- AMBIENTE INSITUACIONAL	7
4- JUSTIFICATIVA E CARACTERIZAÇÃO DO PROBLEMA	11
5- OBJETIVOS	13
5.1- OBJETIVO GERAL	13
5.2- OBJETIVOS ESPECIFICOS	13
6- ATIVIDADES/ RESPONSABILIDADES/CRONOGRAMA	13
7- ORÇAMENTO	14
8- ACOMPANHAMENTO E AVALIAÇÃO:	14
9- REFERÊNCIAS	15

1- DADOS DE IDENTIFICAÇÃO DO COMPONENTE:

1.1-NOME: Maria Angélica Cordeiro

1.2-TURMA: G

1.3- INFORMAÇÕES:

Telefone(s): (06) 3033. 8028 E-mail: quel_mac@hotmail.com

2- DADOS DE IDENTIFICAÇÃO DO PROJETO:

2.1- TÍTULO:

A inclusão escolar e social de jovens e adultos surdos: articulando uma Proposta de ações pedagógicas para contra-turno no CAIC Tancredo de Almeida Neves de Valparaíso de Goiás.

2.2- ÁREA DE ABRANGÊNCIA:

Especificar o nível ou níveis de abrangência geográfica do projeto.

() Nacional () Regional () Estadual (x) Municipal () Distrital () Local

2.3- INSTITUIÇÃO:

Nome: Escola Municipal Caic – Tancredo de Almeida Neves

Endereço: Área Especial – Jardim Céu Azul

2.4 INSTÂNCIAS INSTITUICIONAL DE DECISÃO:

- Governo: () Estadual (x) Municipal () DF

- Secretaria de Educação: () Estadual (x) Municipal () DF

- Conselho de Educação: () Estadual (x) Municipal () DF

- Escola: () Conselho Escolar

-Outros: (Citar) _____

2.5- PÚBLICO AO QUAL SE DESTINA:

Alunos surdos matriculados na rede municipal de Valparaíso. Esses já estavam reunidos em uma escola pólo. Vale citar que, sendo esse município grande, há a necessidade de locomoção desses alunos, que, são pouco independentes. A Secretaria Municipal de Educação, disponibilizou condução escolar para esses alunos. Há um motorista e um veículo que, em dias letivos, faz o traslado dos mesmos de seus bairros para a unidade.

É importante ressaltar que o atendimento de alunos no polo atualmente é direcionado à jovens e adultos entre 15 e 23 anos de idade. Três alunos na classe especial de alfabetização, 03 alunos no 4º ano, 02 alunos no 5º ano, 03 alunos no 6º ano, 03 alunos no 7º ano, 03 alunos de 8º ano e 02 alunos no 9º ano, que não trabalham formalmente, sendo que 6 são do sexo feminino e o restante fazem parte do sexo masculino, ou seja 13 garotos, todos fazem parte de uma classe social desprovida acúmulos financeiros, sua realidade é de forma geral com muita dificuldade e poucos recursos.

Sendo, entretanto, alguns independentes em seu trajeto de casa para a escola. Podendo ir e vir sozinhos de suas residências, para esses, foram providenciados carteiras estudantis de passe livre nas vans e ônibus municipais.

Alguns alunos ganharam essa sonhada independência, há pouco tempo, com a implantação do pólo.

Acredita-se que com o projeto de classes especiais, tendo os professores voltados às peculiaridades diárias desses alunos, o número de alunos independentes irá aumentar, bem como a número de alunos trabalhadores, que inclusive logo poderão sair da informalidade.

2.6- PERÍODO DE EXECUÇÃO:

Início (mês/ano) Agosto /2010 **Término:** Dezembro/2011

3- AMBIENTE INSITUCIONAL:

O município de Valparaíso de Goiás, mesmo sendo um município novo, vem buscando entender a importância de se trabalhar, educar e socializar pessoas com deficiências, em especial os jovens surdos.

A educação especial vem sendo trabalhada no município desde sua emancipação com equipes de orientadores educacionais, professores de sala de recursos, professores de classes especiais, professores intérpretes, de acordo com a necessidade de cada Unidade Pública de Ensino (UPE).

O trabalho com os surdos em Valparaíso mudou muito desde sua emancipação. No primeiro momento, em 1997, quando o trabalho se iniciava, como acontecia em Luziânia, cidade de origem, os surdos eram incluídos em salas comuns, sendo acompanhados pelos orientadores e professores de recurso em horário contrário, mas sem um intérprete.

Com o passar do tempo, percebeu-se a necessidade de centralizar em uma unidade, as crianças surdas, na tentativa de viabilizar melhores condições e qualidade no processo de ensino e aprendizagem.

Até esse momento na história da educação de Valparaíso de Goiás, havia apenas, uma professora com conhecimento de Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS).

Essa professora, aqui identificada como *Maria* (nome fictício), atendia a todos os alunos surdos do município, que foram deslocados para uma escola pólo, a Escola Municipal CAIC – Tancredo de Almeida Neves. Os alunos eram incluídos nas classes de acordo com a série correspondente, com um professor regente e a professora Maria acompanhava-os como professora de apoio, indo de uma sala a outra, sempre que possível.

No contra-turno, a professora trabalhava a Língua Portuguesa, associada a LIBRAS.

Quando a comunidade escolar viu que os alunos surdos não mais precisam se deslocar para as cidades satélites de Brasília para terem atendimento, o número de alunos surdos aumentou surpreendentemente, necessitando de aprimoramentos.

O município ofereceu aos professores da rede cursos de LIBRAS, iniciou aí as organizações para um melhor atendimento a essa comunidade.

Professores habilitados e competentes foram convidados a trabalhar como intérpretes nas salas onde haviam surdos inclusos e no contra-turno os intérpretes trabalhavam a Língua Portuguesa associada a LIBRAS, em um espaço específico e os alunos com outras deficiências e/ou necessidades diferenciado da sala de recursos, voltada para uma inclusão social, perpassando pelo pedagógico, mas sobretudo pelo lado humano.

No ano de 2008, alguns professores intérpretes tiveram a oportunidade de participarem do *I Congresso Nacional de Pesquisa em Tradução e Interpretação de Língua de Sinais*

Brasileira. E a principal dela foi a criação das Classes Especiais, tendo em vista que em todos os cantos do país ainda há centros de ensino especial para surdos, mas essa idéia não correspondia as necessidades municipais. Ainda há muitos Centros de Ensino Especiais Para Surdos espalhados pelo Brasil, onde julga-se ser o melhor e mais viável modo de educar sistematicamente uma criança surda, preparando-a para a vida, porém, esses centros são voltados para o ensino fundamental. Existem, também, muitas classes especiais, em escolas regulares, desde a educação infantil à faculdade. E por fim, alunos incluídos em salas regulares com o acompanhamento de um intérprete.

Foi perceptível que o Brasil ainda não conseguiu chegar a um consenso sobre como educar os surdos, mas ficou claro que a capacidade intelectual deles, bem como a vontade de chegar mais longe, quanto aos estudos e vida profissional, pode ser alcançada, desde que haja um investimento possível, ou seja, um intérprete que o acompanhe em sala de aula, claro que o apoio da comunidade é fundamental e o da família insubstituível.

Ao retornarem, esses professores debateram sobre qual dessas realidades seria a mais conveniente e viável para ser aplicada na realidade municipal. Deu-se aí o início ao processo de classes especiais em escolas regulares para o atendimento dos alunos surdos da rede municipal de ensino de Valparaíso de Goiás.

Já em andamento, o projeto vem mostrando excelentes resultados. Os alunos com maior facilidade em aprender conteúdos sistematizados têm demonstrado mais interesse pela sala de aula, pois têm suas dúvidas diretamente respondidas, esclarecidas.

Quanto ao aluno com dificuldade tem recebido atendimento direcionado.

Em resumo, pode-se afirmar que, os alunos surdos têm atendimento, quase personalizado.

O espaço da sala de aula é muito pequeno, mas o número de alunos também o é. Salvo a sala de alfabetização, que necessita de um espaço muito maior, as salas mal cabem as cadeiras universitárias e uma mesa para o professor.

Apesar de um espaço inadequado, as aulas têm fluído como esperado.

O ideal, longe do real, seriam salas mais amplas, pois o surdo, seja em qualquer ano escolar, necessita de material visual, sempre.

Cabe ao professor, aumentar o vocabulário desses alunos, atualizá-los sobre as notícias do mundo, explicar fatos, acontecimentos e miudezas do cotidiano, muitas vezes tão simples para nós ouvinte.

O surdo, em geral, não tem problemas cognitivos, mas têm limitados sua compreensão, devido ao fraco vocabulário, e a falta de orientação.

Temas diários e transversais são discutidos mais livremente e abertamente dentro das classes especiais.

Namoro, moda, higiene pessoal, família, dinheiro, sexo, assassinatos, crimes, pedofilia, camisinha, drogas, tipos de sentimentos, moralidade, Deus, morte, vida, palavras, termos... podem parecer assuntos bobos, mas que não são discutidos com eles, pois falta quem os entenda, quem se faça entender, assim, passam despercebido por eles.

Um exemplo muito corriqueiro: os jovens desaparecidos de Luziânia. Alguns *viram* em telejornais as notícias, outros leram em jornais, comentavam entre eles o que estava acontecendo, indagavam. Mas nenhum sabia o significado de algumas palavras, o que dificultou o entendimento dos fatos: pedofilia, por exemplo.

Depois de aguçada a curiosidade um debate foi aberto, perguntas e respostas deixaram clara a situação daquelas famílias.

Dias depois, como suposto suicídio do réu confesso, já não se fala de forma curiosa sobre o acontecimento, mas de forma crítica, cheia de opiniões e suposições.

Isso sem falar do conteúdo programático e sistemático. O quanto há crescimento, acompanhamento.

Também está previsto um contra turno com atividades diversas, como computação e aulas em laboratórios de ciências, reforço escolar.

4- JUSTIFICATIVA E CARACTERIZAÇÃO DO PROBLEMA:

Uma vez que o grupo de professores intérpretes percebeu que a qualidade educacional desses alunos surdos dependia de uma mudança no modo de agir, começam as reuniões e discussões sobre como e quando mudar.

A coordenadora do ensino especial municipal de Valparaíso, os professores envolvidos no processo começaram a estudar as possibilidades de mudanças. Até então havia alunos surdos

desde o primeiro ano do ensino fundamental ao 8º ano do ensino fundamental, cada turma com um professor intérprete e de dois à quatro alunos surdos.

Na visão dos professores, as classes especiais dariam melhores condições de estudo à esses alunos, já que era perceptível que o acompanhamento possível, porém precário havia prejudicado a alfabetização, tanto em língua portuguesa quanto em libras.

Na visão daquela gestão da secretaria municipal, as classes especiais eram inviáveis, mesmo assim os professores intérpretes não desistiram.

Quando a gestão mudou em 2009, mudaram a secretária de educação, os coordenadores e a visão sobre as classes especiais para surdos. Logo no início da nova gestão, uma reunião foi promovida onde um documento foi escrito e aprovado pelo Conselho Municipal Educacional, regulamentando a classes especial para surdos, tendo como pólo a Escola Municipal Caic – Tancredo de Almeida Neves, onde os professores idealizadores do projeto tinham exercícios

Correspondendo as expectativas dos professores, o ano de 2009 iniciou com as classes especiais para surdos no CAIC, na seguinte estrutura: 01 classe especial, onde os alunos seriam alfabetizados em libras, preparados para a comunicação e 01 classe especial para cada ano correspondente do ensino fundamental, de acordo com a necessidade da UPE (Unidade Pública de Ensino), vinculados ao pólo.

Diante de tantos questionamentos sobre o valor do projeto, não se deixou de lado a avaliação constante sobre o funcionamento do mesmo.

A atual coordenadora do ensino especial esteve recentemente em um congresso educacional a nível estadual. Alguns palestrantes defenderam a inclusão total, sem restrições, onde o aluno deve ser inserido em sala de aula, sejam quais forem suas condições física, psicológica e intelectual.

Esse fato reacendeu algumas discussões sobre o assunto, tendo em vista que o município atende outras pessoas com deficiência em classes especiais, e não somente os surdos.

Viu-se que é possível ter inclusão, tal qual reza esses palestrantes, mas que, ao contrário do que diziam, essa não é uma realidade para todos.

Não se pode negar, existe um interesse diferenciado entre alunos do estudo regular e alunos inclusos. Há um menor interesse entre os professores do ensino regular e do ensino especial. Os professores do ensino especial são mais cobrados, e no caso do segmento de 6º

ao 9º ano, há uma dificuldade imensa: não há profissionais capacitados conforme pede o projeto.

Mas, sem dúvida, as classes especiais têm dado frutos. Professores do segmento de 1º ao 5º ano, que atuam em classes especiais desse mesmo segmento, tem encontrado formas específicas de trabalharem, conseguindo desses alunos algo, até então inesperado, dando à eles uma nova visão do estudo.

Mesmo os professores não capacitados e não concursados para o segmento de 6º ao 9º ano, tem conseguido fazer um trabalho espetacular.

Faz-se necessário sempre lembrar os verdadeiros motivos das classes especiais, que tem como objetivos desenvolver as necessidades, praticamente individuais do público alvo que é atendido, mas é preciso explicar o seu papel na vida escolar de uma pessoa.

A classe especial tem caráter passageiro, e objetivos simples a serem alcançados; desenvolver cognitivo das crianças atendidas, a socialização entre alunos surdos e ouvintes e principalmente preparar a comunidade escolar para o acolhimento de pessoas surdas com naturalidade e competência, e com o passar do tempo, quando tais objetivos forem alcançados, deverá ser extinta. Não há, entretanto, um período pré determinado para isso. Ela existirá enquanto se fizer necessária.

Com base no texto Educação Inclusiva: Um desafio para a educação de jovens e adultos reafirma a necessidade de uma visão mais profunda em relação a educação de pessoas com necessidades educacionais especiais:

A idéia é valorizar e potencializar as ações de ampla aprendizagem, riqueza em sua trajetória e enriquecimento das lideranças sociais no que tange a construção de sociedades realmente inclusivas. Cabe ressaltar que essas ações estão ligadas a organizações civis e governamentais vinculadas às pessoas com deficiência.

A ideia de um fortalecimento e junção de todas as esferas da sociedade, para reconhecer as pessoas com necessidades especiais como sujeitos ativos na sociedade atual, vem mostrar que tal público possui um potencial influenciador e considerável. Evidentemente respeitando suas limitações, mas, sobretudo valorizando suas habilidades, como deve ser com qualquer outro agente da sociedade.

Pode-se destacar a Conferência Mundial sobre Necessidades Educacionais Especiais, de 1994, em Salamanca, Espanha, como um momento decisivo para uma transformação de

pensamentos, no qual se inicia uma mudança de postura com essas pessoas. Foi nesta conferência que se regulamentou princípios, políticas e práticas para a modalidade de Ensino Especial.

Nesse sentido é relevante citar aqui um dos destaques deste documento, que reforça a necessidade deste Projeto de Intervenção Local: “toda criança possui características, interesses, habilidades e necessidades de aprendizagem que são únicas”.

5- OBJETIVOS:

5.1- OBJETIVO GERAL:

- Promover um espaço institucional e pedagógico que favoreça a inclusão dos jovens e adultos surdos no convívio escolar e social.

5.2- OBJETIVOS ESPECIFICOS:

- Avaliar a necessidade, junto à comunidade escolar os, interesses e problemas relacionados à oferta da escola para alunos surdos em horário contra-turno.
- Realizar um amplo debate com a comunidade escolar para gerar novas propostas de ações pedagógicas com alunos surdos no contra-turno.
- Promover um contra-turno que corresponda às necessidades reais dos alunos.

6- ATIVIDADES/ RESPONSABILIDADES/CRONOGRAMA:

Atividades:	Responsabilidades/ parceiros	Cronograma:
Elaborar um questionário com opiniões sobre dificuldades sobre a inclusão dos alunos surdos	Professores; Pais; Alunos Surdos; Coordenadores; Alunos ouvintes.	Agosto /2010
Aplicar o questionário de forma	Professores	Setembro/2010

sistemática para análise de coletas de dados.		
Analisar dados das informações coletadas no questionário	Professores; Coordenadores;	Setembro2010
Mobilizar comunidade escolar para possíveis alternativas com o objetivo de uma inclusão social responsável e sustentável.	Corpo docente.	A partir de Setembro 2010 até a data final do PIL.
Sustentabilizar o contra turno desses alunos de forma prazerosa e eficaz.	Secretaria de Educação e desporto de Valparaíso de Goiás; Professores e diretoria do polo.	Período que duração do projeto.
Acompanhar o aluno surdo em sala de aula	Professor intérprete	Período que duração do projeto

7- ORÇAMENTO:

Secretaria de Educação e desporto do Município de Valparaíso de Goiás, cedendo professores e financiando cursos de aperfeiçoamento para os mesmos.

A mesma Secretaria viabilizará o transporte e a alimentação dos alunos.

8- ACOMPANHAMENTO E AVALIAÇÃO:

Como já foi esclarecido, o projeto passa constantemente por avaliações. Sempre que questionado, há uma reunião avaliativa.

Ao final de cada bimestre, também se reabre os questionamentos, até agora, sempre positivos quanto à continuação.

Desempenho escolar dos alunos inseridos no projeto em sala de aula.

9- REFERÊNCIAS:

- FREIRE, P. *Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa*. São Paulo: Paz e Terra, 1996.
- FREIRE, P. *Pedagogia da Indignação; Cartas Pedagógicas e Outros Escritos*. São Paulo: Editora UNESP, 2000.
- UnB/FE. *Texto orientador da elaboração colaborativa do projeto institucional*. 3º Curso de Especialização em Educação Continuada e a Distancia 1999-2000. Brasília: 2000
- BRASIL. Ministério da Educação. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, LDB 4.024, de 20 de dezembro de 1961.
- BRASIL. Ministério da Educação. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, LDB 5.692, de 1 de agosto de 1971.
- BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Especial. Lei Nº. 7.853, de 24 de outubro de 1989.
- SALAMANCA, ESPANHA, 7-10 de Junho de 1994. Conferência Mundial Sobre Necessidades Educacionais Especiais: Acesso e Qualidade.
- RODRIGUES, Fátima Lucília Vidal e SOUSA, Amaralina Miranda de. Educação Inclusiva Um desafio para a educação de jovens e adultos, texto complementar do curso: Especialização em Educação na Diversidade e Cidadania, com ênfase na Educação de Jovens e Adultos, módulo IV, educação de temas específicos.